



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE CASTRO DAIRE**

NÚMERO UM BARRA DOIS MIL E VINTE E CINCO

-----Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, nesta vila de Castro Daire e Auditório da Assembleia Municipal, reuniu a Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto no número 1, do artigo 27.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Eram nove horas e trinta minutos quando, pela Senhora Presidente da Mesa, foi iniciada a sessão, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

Ponto Um - Apreciação, nos termos da alínea c), do número dois, artigo 25.º, do Anexo I, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, relativamente à atividade do município, bem como a sua situação financeira.-----

Ponto Dois – Apreciação e votação da ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de vinte e três de dezembro de dois mil e vinte e quatro.-----

Ponto Três – Tomada de conhecimento do Relatório de Atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Castro Daire referente ao ano de dois mil e vinte e quatro, em cumprimento da alínea j), do número dois da Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens, Lei n.º147/99, na sua atual redação.-----

Ponto Quatro – Tomada de conhecimento da amortização antecipada de três empréstimos, no valor total de 1.498.292,85€ (um milhão quatrocentos e noventa e oito mil duzentos e noventa e dois euros e oitenta e cinco cêntimos).-----

Ponto Cinco – Discussão e pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para, de acordo com o número dois do artigo 51.º, n.º2 da Lei número 73/2013, de três de setembro, contrair empréstimo destinado a Investimento Municipal.-----

Ponto Seis – Análise, discussão e aprovação do relatório de avaliação de propostas – Contratação de empréstimo, de médio/longo prazo, ao abrigo do artigo 51.º, do número um, da Lei número 73/2013, de três de setembro, para aplicação em investimentos, até ao montante de 3.750.000,00€ (três milhões setecentos e cinquenta mil euros).-----

Ponto Sete - Análise, discussão e aprovação do projeto de alteração do Loteamento e Regulamento do Parque Industrial da Ouvida, para cumprimento da alínea g) do artigo 25.º do Anexo I da Lei número 75/2013, de doze de setembro, na sua atual redação.-----

Ponto Oito – Tomada de conhecimento da comunicação da Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território.-----

Ponto Nove – Tomada de conhecimento do ponto de situação do Plano Diretor Municipal.-----

Ponto Dez – Análise, discussão e aprovação da proposta de desagregação de Alva, da União de Freguesias de Mamouros, Alva e Ribolhos.-----

Ponto Onze – Aprovação, nos termos do disposto no número três e para efeitos do disposto no número quatro do artigo 57.º do Anexo I da Lei número 75/2013, de doze de setembro, da ata em minuta para produção de efeitos imediatos e eficácia externa. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

-----**Período de Intervenção do Público de harmonia com o n.º1, do artigo 49.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação;**-----

-----Registou-se nesta Sessão a presença de um grupo de munícipes de Alva que, seguidamente, se identificam: Ilídio de Almeida Ferreira; Manuel de Almeida Fernandes; José Correia Rodrigues; Alexandrino Correia de Almeida; Maria Alice de Almeida Silva; Manuel Oliveira de Almeida Lobinho; Nelson de Almeida Ferreira; António Jesus Almeida; António Jesus Almeida; José da Rocha e Sandra Filipa da Silva Almeida.-----

-----**Leitura e apreciação do expediente.**-----

-----A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu as boas vindas a todos os presentes. Informou da substituição, na presente sessão, do Senhor Presidente da Freguesia de Cujó que se fez representar por Delfina Pereirinha e do Senhor Presidente da Freguesia de S. Joaninho que se fez representar por Olinda Costa, cuja identidade foi verificada, dado ser a primeira vez que está presente neste Órgão. O membro Constantino Duarte Silva informou não poder estar presente, tendo sido convocado para sua substituição o membro Alexandre Fontinha que, no entanto, não compareceu. Em substituição de Fernanda Ferreira, que informou não poder estar presente, encontra-se Fátima Vicente. De seguida informou ter estado presente, em representação da Assembleia Municipal, no aniversário dos Bombeiros Voluntários de Farejinhãs, no Encontro de Cantares de Janeiras e Reis, organizado pelo Município de Castro Daire e o Rancho Folclórico Santa Maria de Cabril, tendo participado na reunião do Conselho Municipal de Educação.-----

-----**Assuntos gerais de interesse autárquico nos termos do disposto no artigo 52.º do Anexo I à lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**-----

-----Não se registando inscrições para intervenção neste ponto a Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou ao período da ordem do dia.-----

----- **ORDEM DO DIA** -----

Ponto Um - Apreciação, nos termos da alínea c), do número dois, artigo 25.º, do Anexo I, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, da Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal, relativamente à atividade do município, bem como a sua situação financeira.-----

-----**A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** questionou se alguém queria intervir neste ponto. -----

-----**Hélder Isidro Ferreira Almeida**-----

-----O Senhor Presidente da União de Freguesias de Mamouros Alva e Ribolhos, interveio cumprimentando todos os presentes. De seguida proferiu as palavras que se transcrevem: “*Não podia deixar passar este ponto em falso, pois como Presidente de Junta da União de Freguesias, onde se encontra um dos pontos mais importantes para o desenvolvimento do nosso concelho, e como Castrense que sou tenho que mostrar o meu contentamento pelo que o Sr. Presidente nos anuncia, no que diz respeito à tão esperada requalificação do balneário termal. Finalmente alguém com coragem de avançar! Acompanhei o desenrolar de todo o processo para que o projeto para o novo balneário estivesse concluído, pois, com tantas etapas e burocracias ultrapassadas, finalmente temos uma luz, não no fundo do túnel, mas sim já a meio. O passo mais exigente está dado, agora*”

que venha a obra, pois a União de Freguesias e o nosso concelho a receberão de braços abertos. Realço ainda, que se neste últimos anos os resultados de faturação têm crescido positivamente com as condições que temos, será de esperar que, após a concretização deste projeto os resultados sejam ainda mais promissores, pois só com melhores condições de trabalho para os colaboradores, que todos os dias são o seu melhor, com profissionalismo, para que ao banhistas saiam satisfeitos voltando mais e mais vezes, contribuirão assim para melhores resultados que certamente, esperamos nós, se reflita no aumento de banhistas e por sua vez se reflita na criação de novos postos de trabalho. Se é necessário mais um empréstimo, para que possamos estar um passo à frente dos fundos europeus, e dar início à obra, pois que se faça, será certamente só mais um que será amortizado, como este executivo vem demonstrando. Pois para tudo temos que demonstrar ter competência de conseguir fazer e não ter medo de avançar. Quero deixar aqui expresso o meu agradecimento, enquanto Presidente de Junta e Castrense, a todas as colaboradoras que contribuem para que a nossa estância termal não pare e cresça dia após dia. As Termas do Carvalhal, Castro Daire, precisa de executivos como este, resiliente e persistente quanto aos objetivos que se compromete a cumprir. Termino, felicitando o Sr. Presidente Paulo Almeida, e restante executivo, agradecendo o seu empenho na concretização do desenvolvimento Castrense e em particular das nossas Termas.”-----

-----Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal-----

O Senhor Presidente interveio cumprimentando a Senhora Presidente e restante mesa, membros da Assembleia, elementos do executivo e público presente. Refere que o proferido pelo Senhor Presidente deve ser motivo de orgulho não apenas para o Senhor Presidente da União de Freguesias de Mamouros, Alva e Ribolhos mas todos os elementos do executivo e certamente para toda a Assembleia. Esta foi mais uma batalha que não foi fácil, registando muitas negociações com a CCDRC e com a CIMVDL para que este tipo de investimento pudesse ser considerado neste novo quadro comunitário de apoio, sendo o constante na sua comunicação à Assembleia o reflexo de muitos anos de trabalho e, como todos perceberão, um investimento deste montante não é um investimento qualquer. O município nunca lançou nenhuma empreitada desta dimensão, sendo importante não ter medo e ir à procura das oportunidades e financiamentos necessários para implementar a estratégia definida. O Balneário das Termas é um dos pilares fundamentais de desenvolvimento do concelho. Agradeceu ao Senhor Presidente da União de Freguesias, porque estando prestes a alcançar mais um objetivo, este é resultante do trabalho de muitos incluindo do Presidente da União de Freguesias de Mamouros, Alva e Ribolhos.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

Ponto Dois – Apreciação e votação da ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de trinta de setembro de dois mil e vinte e quatro.-----

Posto este ponto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes na Sessão a que a mesma respeita, aprová-lo.-----

-----A Senhora Presidente propôs, neste momento, a possibilidade de alterar a ordem de trabalhos, dado que o público presente quererá ver discutido e aprovado o ponto dez da ordem de trabalhos, deixando à consideração de todos a passagem do ponto dez para ponto três - Análise, discussão e aprovação da proposta de desagregação de Alva, da União de Freguesias de Mamouros, Alva e Ribolhos. Não tendo havido oposição a tal alteração, foi a mesma efetuada. -----

Ponto Três – Análise, discussão e aprovação da proposta de desagregação de Alva, da União de Freguesias de Mamouros, Alva e Ribolhos.

-----**A Senhora Presidente** enquadra o assunto, referindo ainda que quem quiser consultar o dossier físico de todo o processo, ali presente, o poderá fazer. O dossier contém um conjunto de documentos que, conjuntamente com a deliberação tomada na sessão de hoje, serão enviados à Assembleia da República.

-----**Luís Carlos Marques de Almeida**-----

Interveio cumprimentando todos, a Senhora Presidente e restante mesa, o Senhor Presidente e Senhores Vereadores, colegas da Assembleia e todo o público presente. Refere que este processo iniciou em 2013. A partir do dia em que se falou da União de Freguesias, Alva reclamou porque não queria essa União. Houve eleições, votaram mas logo de seguida, em 2016, começaram a criar um movimento para uma petição pública, que foi entregue na Assembleia da República havendo vontade, unânime, de Alva voltar a ser freguesia. A petição baixou à Comissão de Ordenamento do Território dessa altura e, nesse âmbito, foram ouvidos na Assembleia da República. Foi feito um relatório, que é público e faz parte deste processo, tendo sido deliberado nessa altura que se legisse e que Alva pudesse passar novamente a ser freguesia. Julga que em dois mil e vinte ou dois mil e vinte e um, foi criada legislação para que as freguesias, que entendessem que o deveriam fazer, pudessem solicitar a desagregação. Houve muitas freguesias que o fizeram e Alva, nessa altura não o fez porque achou que o facto de ter entregue a petição seria suficiente e iriam fazer parte desse processo das freguesias que iriam ser desagregadas. Reforça que Alva nunca quis esta União. Regista que quando se voltou a falar desta questão, tentaram perceber o porquê de Alva não estar considerada e perceberam que a petição de outrora, só por si, não seria suficiente. Daí o trabalho efetuado agora, em tempo record, estando o processo completo e que será remetido à Assembleia da República, um pouco “em cima da hora”. Já está aprovado no executivo da Freguesia e do Município, por unanimidade e o objetivo é que seja aceite a vontade do povo de Alva para que consigam voltar a ser Freguesia. As razões são muitas e reúnem os critérios legalmente previstos para voltarem a ser Freguesia que é essa a vontade da população. Manifesta-se disponível para eventuais questões.

-----**A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção, passando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

-----**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**-----

-----Ressalva que sendo esta a casa da democracia, o que se foi apercebendo ao longo dos anos é que Alva tem identidade própria e nunca se reviu na União de Freguesias de Mamouros, Alva e Ribolhos e a totalidade da aldeia tem a vontade de desagregação. Salaria que estando os critérios, definidos pela Lei, cumpridos, coube ao executivo municipal respeitar a vontade do povo, salientando a aprovação, por unanimidade, em reunião do executivo municipal no dia de ontem.

-----**Alexandre Paulo Simões Pereira**-----

-----Cumprimentou todos os presentes. Referiu ser Presidente de Junta e sentir estas questões das freguesias de forma acalorada e emotiva. Enquanto coordenador distrital da ANAFRE referiu ter uma posição que queria deixar expressa. Saliu que a ANAFRE tem uma posição muito clara em relação a estes processos pois, acima de tudo, é importante perceber a história e tradição de cada povo e não se fixarem em questões meramente económicas, pois uma comunidade é sobretudo pessoas, história e um sentimento de pertença. As Freguesias são o Órgão de maior proximidade



das pessoas e estas têm que sentir o órgão que os representa como seu. Alva tem toda a legitimidade para poder exprimir a sua história e pretenderem a sua desagregação. Refere caber a todos, enquanto membros desta Assembleia, ter a capacidade de perceber porque é que as pessoas de Alva assim o sentem. A ANAFRE tem uma posição pública de ser favorável às desagregações, reforçando que, enquanto Presidente de Junta e enquanto defensor das freguesias, compreende o sentir das gentes de Alva, expressando o seu sentido de voto, totalmente favorável à desagregação, dado ser essa a vontade do povo e que deverá ser respeitada.

-----Amaro Ferreira Lemos-----

-----Interveio cumprimentando todos. Questiona qual a eficácia desta votação. Refere que o Partido Socialista também é a favor desta posição, mas quer saber se já será eficaz nestas eleições autárquicas ou apenas para as próximas, eventualmente.

-----Luís Carlos Marques de Almeida-----

-----Refere que irá depender dos serviços da Assembleia da República. Informa que, pelas informações que dispõe, há um grupo que já terá eficácia. Não obstante, há um segundo grupo de freguesias, onde esta se incluirá e para o qual foi criado um segundo grupo de trabalho, dentro da Assembleia da República, para analisar os casos que estão a chegar em cima da hora. Refere não ter garantia absoluta de tal.

-----Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal-----

-----Reforça não haver certezas conscientes embora que ainda haja oportunidade de o fazer, daí a celeridade de todo o processo, para não se perder esta eventual oportunidade. A partir do momento em que se percebeu que o pedido de Alva não estava considerado, e que tinha se ser elaborado novo processo com base na legislação saída à posteriori da petição outrora efetuada, foram feitos todos os possíveis para que Alva ainda pudesse ser considerada nesta primeira vaga de freguesias a desagregar, procurando ir ao encontro da pretensão da população.

Posto este ponto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprová-lo.----

-----A **Senhora Presidente** salienta que desta deliberação será emitida certidão para que rapidamente o processo fique completo e seja enviado, ainda no dia de hoje à Assembleia da República para ser tratado.

Ponto Quatro – Tomada de conhecimento do Relatório de Atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Castro Daire referente ao ano de dois mil e vinte e quatro, em cumprimento da alínea j), do número dois da Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens, Lei n.º147/99, na sua atual redação.

-----A **Senhora Presidente** refere que a Assembleia Municipal deverá enviar o seu agradecimento a todos os membros da comissão restrita e alargada que, de boa vontade, dedicam o seu tempo em prol das crianças e jovens deste concelho.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

Ponto Cinco – Tomada de conhecimento da amortização antecipada de três empréstimos, no valor total de 1.498.292,85€ (um milhão quatrocentos e noventa e oito mil duzentos e noventa e dois euros e oitenta e cinco cêntimos).



-----A **Senhora Presidente da Assembleia Municipal** efetuou enquadramento deste ponto, passando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para mais informação.-----

-----**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**-----

-----Deu nota que este foi o compromisso assumido perante esta Assembleia, ou seja, em devido tempo assumiram risco na decisão tomada, mas perceberam que poderia haver dinheiro disponível para poder fazer investimentos para desenvolvimento do concelho, sendo contraídos esses empréstimos. Foi feita e paga obra, que permitiu a elegibilidade perante fundos comunitários, o que significa que estrategicamente o objetivo foi alcançado. São três os empréstimos que agora se amortizam, saindo o território a ganhar com esta estratégia financeira, que permitiu a amortização de um milhão e meio de empréstimos, considerando ser um momento importante dado se ter conseguido atingir os objetivos a que se propuseram.-----

-----**Alexandre Paulo Simões Pereira**-----

-----Relativamente ao ponto, o que está em causa é a questão estratégica, ou seja, para se desempenhar funções executivas é preciso uma série de competências e também é necessário ter audácia e ter visão estratégica. Houve quem nesta Assembleia questionasse sobre a necessidade de contrair os empréstimos e se isso não iria hipotecar o futuro. Reforça que este executivo tem demonstrado, para além de executar, ter a capacidade de procurar o financiamento para que as coisas aconteçam, deixando uma congratulação pelo facto. Ao contrário do que muitos pensam e muitas vezes se fala dos números do PRR, o dinheiro não é oferecido, é preciso ter a capacidade de procurar esses financiamentos. Refere que deve ser um orgulho para todos os castrenses, o Município de Castro Daire, além da execução record de fundos, ser de boas contas, nomeadamente no pagamento a fornecedores em prazos muito curtos, importante para a economia local e para quem trabalha com o município. Saliu que esta Assembleia naturalmente se congratulará com estes resultados e com um executivo que tem esta visão.-----

Posto este ponto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprová-lo.-----

Ponto Seis – Discussão e pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para, de acordo com o número dois do artigo 51.º, n.º2 da Lei número 73/2013, de três de setembro, contrair empréstimo destinado a Investimento Municipal.-----

-----A **Senhora Presidente** introduz o assunto deste ponto passando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para melhor enquadramento.-----

-----**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**-----

-----O Senhor Presidente refere que tem procurado maximizar as oportunidades de financiamento, ou seja, a capacidade de investimento, de implementação de projetos de desenvolvimento do concelho, de resolução dos problemas das pessoas está diretamente ligado à capacidade de obtenção de financiamentos externos, dando o exemplo do assunto abordado no ponto anterior. Saliu que os empréstimos devem ser assumidos quando são importantes. Reforça que para chegar a este ponto, houve muito trabalho prévio por forma a garantir que, no novo quadro comunitário de apoio, o investimento no balneário pudesse ser elegível para entidades públicas e conseguir ter uma verba alocada, superior a cinco milhões de euros no pacto da CIMVDL. No entanto, as transições de Quadros Comunitários de Apoio e os respetivos arranques são sempre muito lentos. Simultaneamente no que respeita ao PRR existe uma possibilidade muito grande de haver devolução de dinheiro à União Europeia por falta de execução. Posto isto, salientou que o empréstimo aqui proposto tem como objetivo acelerar o investimento porque, se conseguirem ter



sucesso e executá-lo rapidamente poderá conseguir-se outro tipo de financiamento para este investimento e aquela verba prevista no pacto, agora ITI, da CIMVL, poderá ser realocada para outros projetos de investimento fundamentais e importantes no território. Salaria a execução máxima de receita quando assumiu o executivo municipal, entre quinze e dezassete milhões de euros e a executada no ano anterior, de cerca de vinte e seis milhões e meio de euros e há dois anos atrás onde foram executados vinte e sete milhões e quatrocentos mil euros. Referiu ainda a dívida bancária, quando chegou ao executivo, que era de quatro milhões e cerca de cem mil euros sendo, neste momento, de quatro milhões e setecentos mil euros, mas com um volume de investimento brutal para o desenvolvimento do território. Salaria ainda que, sem linhas de financiamento comunitário, iriam financiar o novo balneário com base na poupança energética, após a implementação do projeto de eficiência energética, referindo os valores gastos em iluminação pública, antes e após a implementação do projeto, passando de oitocentos e setenta e quatro mil euros, em dois mil e vinte e dois, para quinhentos e vinte e dois mil euros em dois mil e vinte e três e reduzindo para trezentos e cinquenta mil euros em dois mil e vinte e quatro. Facilmente se percebe que este foi também um investimento estratégico que veio dar alguma folga financeira ao Município para outro tipo de investimentos. Reforçou ter-se chegado, mais uma vez, ao final do ano com tudo pago a fornecedores, ou seja, faturas recebidas e validadas pelos serviços. Neste sentido, afirma que, considerando a dívida estabilizada, a situação regularizada com todos os fornecedores, a redução de custos correntes e a possibilidade de se conseguir ir buscar ainda mais fundos comunitários para o concelho e na perspectiva de que grande parte deste empréstimo poderá não ser utilizado ou sendo, poderá ser amortizado de seguida, surgiu a presente proposta deste executivo para continuar a fazer os investimentos que o concelho precisa, sempre na ótica da sustentabilidade financeira do município. -----

-----**Amaro Ferreira Lemos**-----

-----Relativamente a este ponto, referiu que o Partido Socialista está a favor da ampliação e remodelação do balneário, intervenção já necessária há mais de vinte anos. Questiona o facto de, se já havia intenção de remodelar e ampliar o balneário, que saúdam, porque razão esta obra foi colocada no orçamento de dois mil e vinte e cinco com financiamento não definido; porque razão é que se está a contratar um empréstimo de três milhões e setecentos e cinquenta mil euros, quando a obra está orçamentada em seis milhões cento e setenta e seis mil quatrocentos e setenta euros e cinquenta e nove cêntimos e de acordo com o contrato, que está público, estão garantidos cinco milhões duzentos e cinquenta mil euros através da CIMVDL, tendo a Câmara de suportar uma verba de cerca de novecentos mil euros, questiona ainda porque razão a câmara tem que se financiar a cem por cento e, sendo necessário contratar agora um empréstimo porque se amortizam os anteriores, sugerindo se não seria mais lógico manter essa verba e não recorrer a qualquer empréstimo nesta fase. Refere que independentemente do capital que venha a ser utilizado neste empréstimo a taxa de juro considerada para efeitos de propostas bancárias teve em conta este risco o que fará aumentar o spread levando ao aumento final dos juros a pagar, mesmo que não se utilize a totalidade. Termina referindo que, se há necessidade de ir ao banco para fazer esta obra, o valor do empréstimo lhes parece exagerado. Considera ser importante ter conhecimento do projeto. -----

-----**Lino Gonçalves da Silva**-----

-----Interveio cumprimentando todos os presentes. Começa por felicitar o Senhor Presidente da Câmara Municipal e o restante executivo pela ambição e competências de lançar grandes investimentos de relevância para o concelho. Quanto aos empréstimos, entende que nas horas mais difíceis é que deverão ser discutidas estas situações e serem apresentadas soluções. Refere a preocupação, não com este empréstimo mas com outros anteriores, referentes a obras estruturais,

onde terá havido alguma falta de competência de alguns empreiteiros e também no acompanhamento das mesmas, que poderá ter levado a algum acréscimo orçamental, deixando alguns exemplos: as piscinas municipais exteriores de Castro Daire, a ETAR da Granja e ultimamente a Avenida 25 de abril, considerando que deverá haver responsabilidades. Espera que este novo projeto tenha um empreiteiro com competência para a realizar e dentro dos valores orçamentais agora propostos. Salaria novamente a grande coragem deste executivo. Refere que as Termas do Carvalhal são a imagem mais bonita que poderemos vir a ter no concelho e julga unânime que haja este esforço da Autarquia. Deixa as felicitações ao executivo municipal e que o mesmo saiba sempre avançar com projetos e oportunidades.-----

-----**Márcio Ferreira dos Santos**-----

-----O Concelho precisa de investimento e de ter infraestruturas para que as pessoas possam viver e se fixar cá. Tudo tem a ver com a capacidade de atrair e fixar pessoas. Refere que as Termas são o que temos de melhor para, em termos turísticos, se cativar e atrair pessoas. Só lamenta que esta autorização venha apenas agora, pois já deveria ter sido há dez ou vinte anos atrás. Não consegue perceber como se afirma aqui ser-se favorável a este investimento e se questiona a necessidade de contrair este empréstimo. Gostava de ouvir soluções para o que se refere. O financiamento faz parte da vida corrente, não lhe parecendo bem falar-se por falar. -----

-----**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**-----

-----Em primeiro lugar, obviamente, não se está aqui a aprovar contas, mas realça que as suas decisões têm sempre a ver com a sustentabilidade financeira daí ser necessário refletir sobre as questões financeiras e de responsabilidade. Dá nota da dívida a fornecedores à data e da solidez financeira. Quanto à questão do empréstimo bancário salienta que os empréstimos são específicos para aquelas obras concretas, só podem ser utilizados apenas para essas obras e daí a amortização. Volta a frisar que foi efetuado trabalho junto da CCDR para que pudesse existir uma linha de financiamento que enquadrasse este tipo de investimento. Este empréstimo é para acelerar o investimento e eventualmente permitir, mais à frente, a elegibilidade para outro tipo de financiamento. Concorda com o referido pelo membro Márcio Santos, pois também gostaria de já ter feito este investimento, no entanto, tem que fazer opções. Salaria que tendo extraordinária qualidade de água termal, excelentes recursos humanos e excelente localização e ainda, tendo a capacidade de fazer este investimento, possamos ter uma alavanca de atração e fixação de pessoas, o que é fundamental. Reforça que o indicador de que as políticas públicas estão no sentido certo é quando o setor privado responde positivamente, reforçando que em termos habitacionais há vários investimentos privados em execução, incluindo nas Termas do Carvalhal, o que é um sinal muito positivo. Assumiu o compromisso de trazer o projeto à próxima Assembleia Municipal para conhecimento.-----

Posto este ponto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria com quatro abstenções, aprová-lo.-----

Abstiveram-se os membros do Partido Socialista Amaro Lemos, Paula Fernandes, Joana Sevivas e Fátima Vicente.-----

Ponto Sete - Análise, discussão e aprovação do projeto de alteração do Loteamento e Regulamento do Parque Industrial da Ouvida, para cumprimento da alínea g) do artigo 25.º do Anexo I da Lei número 75/2013, de doze de setembro, na sua atual redação.-----

-----**A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** introduz o assunto deste ponto, passando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para mais esclarecimentos.-----

-----**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**-----

-----O Senhor Presidente informa estar presente o Senhor Chefe da Divisão de Planeamento, Urbanismo e Ordenamento do Território, o arquiteto Pedro Salvador para qualquer esclarecimento necessário. Salienta que o Parque da Ouvida é um parque industrial, sendo atualmente a nomenclatura utilizada Parques Empresariais. Refere que inclusive que na proposta de revisão do PDM se prevê a conversão num parque empresarial e simultaneamente o alargamento das zonas industriais. Esta alteração para Parque Empresarial cria condições de atratividade e competitividade interessantes.-----

-----**Márcio Santos**-----

-----Refere que a questão destas alterações era urgente pois está obsoleto e não adaptado à realidade. Tal como também no PDM, que há já vários anos que é urgente ser mexido. A forma como o Parque está regulamentado está completamente desajustada e não promove a atratividade. Refere que também notava que já anteriormente havia vontade mas a burocracia é imensa. Recorda-se ter feito parte de um grupo de trabalho, há talvez quinze anos atrás, já por causa da revisão do PDM e até agora nada. Apela de facto para a maior brevidade e empenhamento possível, consciente da complexidade do processo.-----

Posto este ponto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, unanimidade, aprová-lo.-----

Ponto Oito – Tomada de conhecimento da comunicação da Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território.-----

-----**A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** dá conhecimento de que esta ação integra o plano de atividades do corrente ano do IGAMAOT e que será acompanhada por dois técnicos municipais já destacados para o efeito. Do desenvolvimento deste processo serão dadas informações à Assembleia Municipal caso se justifique.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

Ponto Nove – Tomada de conhecimento do ponto de situação do Plano Diretor Municipal.-----

-----**A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, agradece a presença do Senhor Arquiteto Pedro Salvador. Informa que processo, em suporte físico, se encontra disponível para poderem consultar se assim o entenderem.-----

-----**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**-----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal salienta que se este processo fosse mais célere não estaríamos a aprovar a alteração ao Regulamento do Parque da Ouvida de forma autónoma. Temos um país que emperra muito, existe muita burocracia. Já houve reuniões agendadas e que não aconteceram. Está-se aos poucos a resolver coisas que gostariam de ter resolvido há já muito tempo. Muitas das peças já foram articuladas com as entidades regionais que as tutelam. Continua a aguardar-se o agendamento da reunião consultiva. Tem referido a questão da autonomia das autarquias para resolver problemas do seu território, pois são “calvários” passados muitas vezes por falta de bom senso de quem está sentado numa secretária. Referiu o processo do Pombeira Adventure Park e os constrangimentos enfrentados. A revisão do PDM é um “calvário”, não só em

Castro Daire, mas em todo o país. Salientou que todo este processo, resultou também de muito trabalho, inclusive, com os presidentes das Freguesias. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal informou que o membro Jorge Figueiredo, eleito pelo CHEGA irá entregar uma proposta que constará da Ordem de Trabalhos da próxima sessão plenária relacionada com a proposta que apresentou na sessão anterior, quanto à limpeza dos terrenos, para que todos possam refletir sobre o assunto. Agradeceu a todos e, nomeadamente, aos residentes de Alva a presença na sessão.-----

APROVAÇÃO EM MINUTA DA ATA DA REUNIÃO: Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta no final da reunião, para produção de efeitos imediatos e eficácia externa, nos termos do n.º 3 e para efeitos do disposto no n.º 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----E nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.ª Maria Eulália da Silva Teixeira, deu por encerrada a sessão, eram onze horas, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pela Senhora Presidente e por mim, Dora Maria Marques Loureiro, Técnica Superior, para o efeito designada, que a secretariei e redigi.-----

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA,



-Maria Eulália da Silva Teixeira-

A SECRETÁRIA,



-Dora Maria Marques Loureiro-